

# Governo terá coragem de internacionalizar a polêmica que criou com armas no Brasil?

Em 2020, o debate internacional sobre armas de fogo vai ganhar força e a gestão Bolsonaro deverá decidir sobre qual alinhamento o país terá em relação ao tema

**Ivan Contente Marques**  
21 de janeiro de 2020

ZANONE FRASSAIT/FOLHAPRESS



Posição do governo vai relevar muito sobre o quanto o Brasil contribuirá nos compromissos de diminuir a violência armada no mundo

O ano de 2019 foi exaustivo para a discussão sobre armas de fogo. A profusão de decretos e alterações normativas criou um clima de saturação do tema, ao mesmo tempo que provocou uma confusão jurídica sem-fim, culminando em uma importante derrota ao governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Ainda que haja dúvida sobre a continuidade deste debate no cenário doméstico, é certo que o governo federal será cobrado a tomar posições no âmbito internacional. E 2020 será marcado por fóruns de monitoramento de tratados e acordos internacionais e surge aqui também a dúvida se o Brasil manterá ou não sua política externa sobre o tema.

Como se sabe, o Brasil é signatário e parte de diversos tratados e acordos internacionais, sendo o principal deles no campo das armas de fogo o Tratado de Comércio de Armas (TCA). Criado em 2013 com forte empenho do Itamaraty e ONGs brasileiras, o país foi um de seus primeiros signatários, embora somente em 2018 tenha sido ratificado e passado a vigorar como lei nacional.

O tratado regula todas as transferências internacionais de armas a fim de garantir que as mesmas não sejam usadas em violações de direitos humanos e humanitários, bem como em ações de terrorismo ou crime organizado. Ao contrário de muitos acordos internacionais em que se elencam boas intenções para o futuro, o TCA prevê sanções claras para aqueles que não o respeitarem e é considerado norma cogente do direito internacional. Economicamente, o texto é vital para a pauta exportadora nacional pois, dependendo do tipo de arma exportada, coloca o Brasil entre os cinco maiores exportadores do mundo.

É o caso de revólveres e pistolas, bem como de munições. Segundo o levantamento feito pelo centro de pesquisa suíço *Small Arms Survey*, as exportações da Taurus e CBC colocam o país como o 3º ou 4º maior exportador de armas pequenas e leves do mundo. Os mandatos de Dilma e Temer fomentaram, e muito, o renascimento da indústria bélica nacional, com incentivos financeiros via BNDES e promoção internacional de produtos como lançadores de foguete, explosivos e armamento menos letal. Trata-se de um compromisso assumido pelo Brasil perante a comunidade internacional e que este ano, mais precisamente em agosto, terá em Genebra seu encontro anual para fiscalização e implementação de suas regras.

Nesta oportunidade, pela primeira vez após ratificar o tratado, o Brasil poderá ser cobrado e responsabilizado pelas eventuais irregularidades em suas exportações. Ainda que nos últimos anos tanto o Itamaraty quanto o Ministério da Defesa tenham tratado o assunto com a devida seriedade, a questão colocada atualmente gira em torno da forma que a nova orientação política vinda do Palácio do Planalto pode interferir no debate internacional sobre o tema. Sabe-se da proximidade que a indústria bélica usufrui com o presidente, principalmente a indústria de armas e munições, que se beneficiaria com menos escrutínio e rigor na venda de seus produtos para fora do país.

Preocupa, também, a política de alinhamento automático adotada pelo Itamaraty às posições estadunidenses. Por mais que o tratado venha ganhando novas adesões de peso (como China e Líbano recentemente), o presidente Trump retirou os EUA do TCA em seus primeiros anos de mandato, o que pode dar mais ideias irresponsáveis ao presidente brasileiro.

É sempre bom lembrar que ainda paira sobre o Brasil o fantasma da venda ilegal de 8 mil armas Taurus a um dos maiores traficantes de armas do mundo em 2015. A venda, que estava destinada à polícia de Djibuti, acabou nas mãos do traficante iemenita Mana'a para alimentar o conflito no Iêmen, país embargado pela ONU para receber armas. O próprio Ministério Público do Rio Grande do Sul, estado sede da empresa, abriu processo contra a Taurus pelo caso. Assim, fica a expectativa de como o Brasil se portará na reunião anual do tratado no segundo semestre.

Outro fórum marcado para junho deste ano também causa insegurança sobre a posição brasileira. Trata-se do encontro bianual das Nações Unidas para reavaliar o *Plano de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Leves* (UN POA, na sigla em inglês). Válido desde 2001, este acordo internacional não detém os mesmos poderes de obrigação jurídica que o TCA, mas tem como condão o constrangimento moral entre os membros das Nações Unidas de cumpri-lo.

A cada dois anos, os membros da ONU se reúnem para discutir esforços da organização, dos países individualmente ou dos blocos econômicos para diminuir o tráfico de armas e evitar ainda mais sofrimento humano causado pela violência armada. Nesta ocasião, o mundo todo estará atento ao comportamento do Brasil sob esta nova orientação de política externa, em especial no que se refere à armas de fogo. Ao contrário do TCA, que trata desde minas terrestres a veículos lançadores de foguetes, o UN POA lida especificamente com armas de fogo, como revólveres e pistolas - ponto sensível da pauta comercial exportadora do Brasil cujos fabricantes são muito próximos ao presidente.

Tradicionalmente, o Brasil tem se alinhado à países mais progressistas no debate como Alemanha, França e México para além do bloco sul-americano (com exceção da Venezuela) para fazer avançar uma agenda que aumente a efetividade do acordo, o que significa mais regulamentação e maior supervisão internacional sobre o tema. Temas como violência armada contra mulheres e minorias, ou mesmo a inclusão da regulação de munições no UN POA, vêm sendo pautados com a benção da missão brasileira mas, atualmente, pairam dúvidas se o país sustentará estas posições que ajudou a construir até então, considerando esta nova orientação política.

Em 2019, as inúmeras mudanças na legislação sobre armas de fogo acaloraram o debate interno e fizeram do ano o mais intenso do ponto de vista normativo sobre o tema. Da mesma forma, 2020 nasce com a agenda internacional batendo à porta e trazendo consigo uma grande interrogação sobre qual será a postura brasileira perante compromissos já assumidos junto à ONU e ao direito

internacional. O que já se sabe é que o debate sobre armas de fogo seguirá na pauta – e a posição do governo brasileiro vai relevar muito sobre o quanto o país vai contribuir ou recuar nos seus compromissos de diminuir a violência armada no mundo.

**Ivan Contente Marques**

Consultor Independente e Membro de Fórum Brasileiro de Segurança Pública

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iycsx-vc35o>

